



PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA

JOSÉ DA SILVA PACHECO

4ª edição



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- 1ª edição – 2006 / 4ª edição – 2013

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P121p

Pacheco, José da Silva, 1924 –

Processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência / José da Silva Pacheco. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4019-5

1. Sociedades comerciais – Recuperação – Brasil. 2. Falência – Brasil. 3. Concordata – Brasil.

1. Título.

05-2736

CDU 347.736

9784656

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do Autor</i>	XXV
-----------------------------	-----

Introdução – Considerações Preliminares sobre a Lei de Recuperação Judicial, Falência e Recuperação Extraconjugal.....	1
1. Da tendência, no século XXI, de procurar superar a crise das empresas	1
2. Dos projetos em nosso país.....	3
3. Vista geral da nova lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência.....	4
3.1. Da sua divisão.....	4
3.2. De alguns aspectos de Direito intertemporal e de outros de suma importância	4
3.2.1. O Código de Processo Civil é aplicável em caráter subsidiário	4
3.2.2. No procedimento penal, aplica-se o Código de Processo Penal subsidiariamente.....	5
3.2.3. Da referência a devedor ou falido.....	5
3.2.4. De alguns aspectos de Direito intertemporal	6
3.2.5. Do pedido de recuperação relativo às empresas de transporte aéreo...	7
3.2.6. Dos credores e seus créditos na recuperação judicial, na extrajudicial e na falência	7
3.2.7. Da eliminação da figura da sucessão de dívidas tributárias.....	8
Capítulo I – Disposições Preliminares.....	11
Art. 1º	11
1. Introdução	11
2. Da recuperação judicial	12
3. Da recuperação extrajudicial	13
4. Da falência	13
5. De quem está sujeito à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência.....	13
5.1. Preliminares.....	13
5.2. Da referência, nesta lei, a “devedor”, que se aplica ao empresário ou so- ciedade empresária e aos sócios ilimitadamente responsáveis.....	15
5.3. Do empresário	16
5.3.1. Dos que não se consideram empresários	17
5.3.2. Da inscrição obrigatória do empresário individual antes de dar início à sua atividade empresarial.....	17
5.3.3. Da capacidade e dos impedimentos em relação ao empresário	18
5.3.4. Do empresário casado.....	19
5.4. Da sociedade empresária	20
5.5. Da empresa individual da responsabilidade limitada (<i>EIRELI</i>).....	21

Art. 2º	22
6. Da empresa pública e da sociedade de economia mista	23
6.1. Da empresa pública	23
6.2. Da sociedade de economia mista	24
7. Das instituições financeiras públicas e privadas	27
8. Da cooperativa de crédito	29
8.1. Da sociedade cooperativa	29
8.2. Da cooperativa de crédito	30
9. Do consórcio	30
10. Da entidade de previdência complementar	32
11. Da sociedade operadora de plano de assistência à saúde	33
12. Da sociedade seguradora	34
13. Da sociedade de capitalização	34
14. Das outras entidades legalmente equiparadas às anteriores	35
14.1. Das câmaras e prestadores de serviços de compensação	35
14.2. Das companhias securitárias de créditos imobiliários	35
14.3. Considerações finais a respeito do art. 2º, II, da nova Lei de Recuperação e Falência	36
Art. 3º	36
15. Considerações gerais sobre o conteúdo do dispositivo	36
16. Da competência para homologar o acordo de recuperação extrajudicial	37
17. Da competência para deferir e processar a recuperação judicial	37
18. Da competência para decretar a falência	38
19. Do juízo do local do principal estabelecimento do devedor	39
19.1. Do estabelecimento no século passado e princípio deste	39
19.2. Do conceito de estabelecimento no Código Civil de 2002	41
19.3. Da pluralidade de estabelecimentos e da discussão entre estabelecimento matriz e estabelecimento principal	43
19.4. Considerações finais sobre o juízo do local do principal estabelecimento do devedor	47
Art. 4º	50
20. O art. 4º foi vetado	50
20.1. Da atuação do representante do Ministério Público	51
Capítulo II – Disposições Comuns à Recuperação Judicial e à Falência	53
Seção I – Disposições gerais	53
Art. 5º	53
21. Das obrigações a título gratuito que não são exigíveis na falência ou na recuperação judicial do devedor	53
22. Não são exigíveis do devedor as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor	54
22-A. Da empresa em recuperação judicial – Preparo recursal – custas	55
Art. 6º	57
23. Da suspensão do curso da prescrição na falência	58
24. Da suspensão das ações e execuções dos credores do falido	59
25. Das ações ou execuções dos credores particulares do sócio solidário	59
26. Da suspensão do curso da prescrição, das ações e execuções na recuperação judicial	60
27. Da exclusão da suspensão das demandas de quantia ilíquida	61
28. Dos créditos derivados da relação de trabalho, em face da recuperação judicial	62
29. Do crédito derivado de relação de trabalho no processo de falência	63
30. Das execuções fiscais	64

31. Das providências relativas às ações ajuizadas contra o devedor em juízo diverso	65
32. Do princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	66
Seção II – Da verificação e da habilitação de créditos.....	67
Art. 7º	67
33. Da habilitação tempestiva de crédito.....	68
34. Da verificação de créditos pelo administrador judicial	68
35. Da publicação da relação de credores tempestivos e da abertura de vista dos documentos correspondentes.....	69
Art. 8º.....	69
36. Da impugnação contra a relação de credores.....	69
Art. 9º	70
37. Da declaração ou habilitação de credores.....	71
38. Da habilitação tempestiva dos credores.....	71
Art. 10	72
39. Das habilitações retardatárias de créditos.....	73
40. Da habilitação retardatária feita antes da homologação do quadro-geral de credores.....	73
41. Dos credores que não se habilitaram após a homologação do quadro-geral de credores.....	74
42. Dos titulares de créditos retardatários em relação à assembleia de credores	74
43. O credor retardatário perde o direito a rateios já realizados.....	75
44. As custas ficam a cargo do credor retardatário	76
45. Pode o credor retardatário requerer a reserva de valor para satisfação de seu crédito	76
Art. 11	77
46. Da intimação dos credores para oferecer elementos e se manifestar a respeito das impugnações.....	77
Art. 12	77
47. Da intimação do devedor, do Comitê e do administrador.....	78
Art. 13	78
48. Da impugnação de crédito	78
49. Da forma e conteúdo da impugnação	79
Art. 14	79
50. Quando não houver impugnação de crédito	79
Art. 15	80
51. Preliminares.....	80
52. Transcorridos os prazos previstos nos arts. 11 e 12 desta lei	81
53. Da decisão em relação às declarações de créditos não impugnados	81
54. Da decisão em relação aos créditos impugnados	81
Art. 16	82
55. Da reserva de valor para a satisfação do crédito impugnado	82
56. Sendo parcial, a impugnação não obsta o pagamento da parte incontroversa.....	83
Art. 17	83
57. Da decisão judicial sobre a impugnação caberá agravo	83
58. O relator poderá conceder efeito suspensivo à decisão	85

Art. 18	85
59. Do quadro-geral de credores	85
60. Da importância do quadro-geral de credores.....	86
Art. 19	87
61. Da ação de revisão prevista no art. 19 da nova lei	87
62. Da descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude e documentos ignorados...	89
63. Quem pode propor a revisão e em que juízo pode ser proposta.....	90
64. Prestação de caução pelo credor, cujo crédito tiver sido objeto de revisão.....	90
Art. 20	90
65. Da habilitação dos credores particulares do sócio ilimitadamente responsável.....	90
Seção III – Do administrador judicial e do Comitê de Credores	92
Art. 21	92
66. Do administrador judicial	92
67. Quando o administrador for pessoa jurídica.....	93
Art. 22	93
68. Da fiscalização judicial da atividade do administrador judicial	96
69. A fiscalização pelo Comitê da atividade do administrador judicial	96
70. Das atribuições do administrador judicial dependentes de aprovação do juiz....	97
71. Dos deveres do administrador judicial nos processos de recuperação judicial e de falência.....	97
71.1. Dever de informação aos credores.....	97
71.2. Dever de exigir informações e de elaborar a relação de credores.....	97
72. No processo de recuperação judicial	98
73. No processo de falência.....	98
74. Da remuneração dos auxiliares do administrador judicial	99
75. Das informações exigidas dos credores, do devedor ou de seus prepostos.....	99
76. Da transigência sobre obrigações e abatimento de dívidas	99
77. Do relatório sobre as causas da falência.....	99
Art. 23	100
78. Da destituição do administrador judicial.....	100
Art. 24	101
79. Da remuneração do administrador judicial.....	101
80. Da remuneração do administrador judicial substituído	102
Art. 25	103
81. Das despesas relativas à remuneração do administrador judicial e seus auxiliares.....	103
81.1. No processo de falência	103
81.2. No processo de recuperação judicial	103
Art. 26	104
82. Da constituição do Comitê de Credores	104
83. Quem presidirá o Comitê.....	106
Art. 27	106
84. Das atribuições do Comitê.....	106
85. Das atribuições do Comitê na recuperação judicial	107
86. Das atribuições do Comitê na falência	108
87. Da decisão do Comitê de Credores	108
Art. 28	109
88. Quando não houver Comitê de Credores.....	109

Art. 29	110
89. O devedor e a massa falida não respondem pela remuneração dos membros do Comitê de Credores	110
Art. 30	111
90. Dos impedidos de integrar o Comitê de Credores	111
91. Dos impedidos de exercer a função de administrador judicial	113
Art. 31	113
92. Destituição do administrador judicial ou de membro do Comitê de Credores	113
93. Da prestação de contas do administrador judicial destituído	114
Art. 32	115
Art. 33	115
Art. 34	115
94. Da intimação do administrador judicial para assinar o termo de compromisso	115
95. Da assinatura do termo de compromisso pelos membros do Comitê de Credores ...	116
96. Se o administrador judicial nomeado e intimado não assinar o termo	116
Seção IV – Da assembleia-geral de credores	117
Art. 35	117
97. Das atribuições da assembleia-geral de credores na recuperação judicial	117
97.1. Das atribuições relativas ao plano de recuperação judicial	118
97.2. Da atribuição sobre o gestor	118
98. Das atribuições da assembleia-geral na falência	119
99. Do veto à alínea <i>c</i> do inciso I e à alínea <i>a</i> do inciso II do art. 35	119
Art. 36	119
100. Da convocação da assembleia-geral de credores	120
101. Das despesas relativas à assembleia-geral	120
Art. 37	121
102. Da assembleia de credores em primeira ou segunda convocação sob a presidência do administrador judicial	122
103. Da participação dos credores na assembleia	123
104. Da representação pelos sindicatos	123
105. Da ata da assembleia	124
Art. 38	124
106. Das regras constantes do art. 38 e da exceção sobre o crédito trabalhista nas deliberações sobre plano de recuperação	125
Art. 39	125
107. Do direito de voto na assembleia-geral de credores	126
108. Da invalidação e da não invalidação das deliberações da assembleia-geral	128
Art. 40	128
109. Das medidas liminares de caráter antecipatório ou cautelar em relação à assembleia-geral	128
Art. 41	130
110. Da composição da assembleia-geral de credores	130
Art. 42	131
111. Da matéria da competência da assembleia-geral	131
112. Da convocação da assembleia, da ordem do dia e da instalação	132

113. Ressalvas as exceções previstas, a aprovação da matéria se dará com o voto de credores que representem mais de 50% do total dos créditos presentes	132
114. Sobre as exceções.....	133
Art. 43	133
115. Da participação da assembleia-geral sem direito a voto	133
115.1. Do sócio do devedor	134
115.2. Das sociedades coligadas, controladoras e controladas	134
115.3. Do cônjuge ou dos parentes	135
Art. 44	135
116. Da eleição do Comitê de Credores.....	135
Art. 45	136
117. Das deliberações sobre o plano de recuperação judicial	136
117.1. Continuação sobre as deliberações relativas ao plano de recuperação judicial (art. 45).....	136
Art. 46	137
118. Da forma alternativa de realização do ativo prevista no art. 145 desta lei.....	137
119. Considerações finais sobre o Capítulo II, relativo às disposições comuns à recuperação judicial e à falência	138
Capítulo III – Da Recuperação Judicial.....	141
Seção I – Disposições gerais.....	141
Art. 47	141
120. Do instituto da recuperação de empresa.....	141
121. A recuperação judicial.....	143
122. Da recuperação judicial e da importância do período de suspensão da cobrança do devedor	144
123. Da preservação da empresa e sua função social.....	145
Art. 48	146
124. Quem pode requerer a recuperação judicial.....	147
Art. 49	148
125. Os créditos contra o devedor, ainda que não vencidos, sujeitam-se à recuperação judicial, salvo as exceções legais.....	149
126. Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos contra os coobrigados.....	150
126.1. Os credores conservam seus direitos contra os fiadores	151
126.2. Conservam-se os direitos contra os obrigados de regresso.....	151
127. As obrigações anteriores e os encargos seguem as condições originais constantes do contrato ou da lei	152
128. Das obrigações não sujeitas à recuperação judicial	152
128.1. Da propriedade fiduciária.....	152
128.2. Do arrendador mercantil	153
128.3. De proprietário ou promitente vendedor de imóvel, cujos contratos tenham cláusula de irrevogabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias	154
128.4. De proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.....	155
128.4.1. A reserva de domínio restringe-se à venda de coisa móvel individuada	156
128.5. O adiantamento de contrato de câmbio não se sujeita à recuperação judicial	158
128.6. Do crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito e direitos creditórios	158

Art. 50	159
129. Introdução	160
130. Da concessão de prazos e concessões especiais para pagamento	160
131. Da cisão, incorporação, fusão ou transformação da sociedade, constituição de subsidiária integral ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios nos termos da legislação vigente	162
131.1. Da cisão	163
131.2. Da incorporação	165
131.3. Da fusão	167
131.4. Da transformação	169
131.5. Da constituição de subsidiária integral	171
131.6. Da cessão de cotas ou ações	172
131.7. Da alteração do controle societário	173
131.8. Substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos	174
131.9. Concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar ...	174
131.10. Aumento do capital	174
131.11. Do trespasse ou arrendamento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados	175
131.12. Da redução salarial, compensação de horários e redução de jornada de trabalho mediante acordo ou convenção coletiva	178
131.13. Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro	178
131.14. Venda parcial dos bens	179
131.15. Da equalização de <i>encargos financeiros</i> relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data de distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se, inclusive, aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica	180
131.16. Do usufruto da empresa	180
131.17. Da administração compartilhada	181
131.18. Emissão de valores mobiliários	181
131.19. Da constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor	182
131.20. Da alienação de bens que sejam objeto de garantia real	183
131.21. Do crédito em moeda estrangeira	183
Seção II – Do pedido e do processamento da recuperação judicial	183
Art. 51	183
132. Do processo de recuperação judicial e suas fases	184
133. Da petição inicial e seus requisitos	185
133.1. Requisitos de legitimação do autor	185
133.2. Das causas e razões da degenerescência	186
133.3. Das demonstrações contábeis	186
133.4. Das relações que devem instruir a petição inicial	186
133.5. Das certidões e extratos bancários	187
133.6. Dos livros e documentos da escrituração do devedor	188
Art. 52	188
134. Da decisão do juiz deferindo o processamento da recuperação judicial	190
134.1. Do despacho liminar	190
134.2. Da decisão de deferimento do processo	190
134.3. Da advertência acerca do prazo para a habilitação dos créditos	191
134.4. Do aviso acerca do prazo para os credores apresentarem objeção ao plano de recuperação	191

134.5. Da suspensão das ações e execuções contra o devedor	192
134.6. Os credores podem requerer a convocação de assembleia-geral.....	192
134.7. Da desistência do devedor	193
Seção III – Do plano de recuperação judicial	193
Art. 53	193
135. Do plano de recuperação judicial	193
136. Do prazo para a apresentação do plano.....	194
137. Demonstração da viabilidade econômica do plano	195
138. Do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens do ativo do devedor....	195
139. Da objeção dos credores ao plano de recuperação, da deliberação da assembleia-geral sobre esse plano ou proposta de plano alternativo	196
Art. 54	197
140. Do que não pode prever o plano em relação aos créditos trabalhistas e por acidente de trabalho.....	197
Seção IV – Do procedimento de recuperação judicial	198
Art. 55	198
141. Do prazo para a objeção do credor ao plano de recuperação	198
Art. 56	198
142. Da assembleia-geral para deliberar sobre o plano de recuperação quando houver objeções ou planos substitutivos de credores e devedor	199
Art. 57	200
143. Da apresentação das certidões negativas pelo devedor	200
Art. 58	201
144. Da concessão da recuperação judicial.....	201
Art. 59	202
145. Da decisão que concede a recuperação cabe agravo	202
146. A decisão concessiva da recuperação constituirá título executivo judicial	203
147. Dos efeitos da decisão de concessão da recuperação judicial	204
Art. 60	204
147.1. Do plano de recuperação judicial aprovado e da novação	205
147.1.1. Da noção de novação.....	205
147.1.2. Dos requisitos da novação.....	206
147.1.3. Das espécies de novação	207
147.1.4. Do plano de recuperação judicial	208
147.1.5. O plano de recuperação judicial aprovado implica novação...	209
148. Da venda de filiais e unidades produtivas do devedor	210
Art. 61	211
149. Durante o período de até dois anos da decisão concessiva da recuperação, deve o empresário executar e cumprir todas as suas obrigações previstas no plano.....	212
150. A falta de cumprimento acarreta a convalidação da recuperação em falência.....	212
Art. 62	213
151. Da execução específica ou do requerimento de falência pelo credor, em face do descumprimento das obrigações do devedor.....	213
Art. 63	213
152. Do encerramento do processo de recuperação judicial	214

Art. 64.....	214
153. Da manutenção ou da destituição dos administradores da sociedade em recuperação judicial	215
154. Da substituição dos administradores a que se atribuir a prática de atos vedados....	215
155. Do administrador incurso no crime previsto no inciso I do art. 64.....	216
Art. 65.....	217
156. Da convocação da assembleia-geral para a escolha do gestor	217
157. As funções do gestor judicial	218
Art. 66.....	219
158. Da alienação ou oneração dos bens do ativo permanente do devedor	219
Art. 67.....	220
159. Dos créditos extraconcursais ao ser a recuperação convolada em falência	220
160. Os créditos quirografários dos fornecedores no processo de recuperação judicial têm privilégio geral	221
Art. 68.....	221
161. Do parcelamento dos créditos fiscais e previdenciários.....	221
161.1. Introdução sobre o parcelamento	222
161.2. Do parcelamento dos créditos tributários de devedores em recuperação judicial	223
161.3. Da execução fiscal que não fica suspensa	225
161.4. Considerações finais	226
Art. 69.....	227
162. Da obrigatoriedade de ao nome empresarial ser acrescida a expressão “em recuperação judicial”.....	227
163. Da averbação da recuperação judicial no Registro	228
Seção V – Do plano de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte.....	228
Art. 70.....	228
164. Da microempresa e da empresa de pequeno porte em face do novo Código Civil e demais leis pertinentes.....	229
165. Do pedido de recuperação judicial do microempresário	231
166. Do plano especial de recuperação judicial do microempresário	231
Art. 71.....	232
167. Do plano especial de recuperação judicial	233
Art. 72.....	233
168. Da concessão da recuperação judicial e do seu indeferimento	234
Capítulo IV – Da Convolção da Recuperação Judicial em Falência.....	235
Art. 73.....	235
169. Das hipóteses em que se dá a convolução da recuperação judicial em falência	235
Art. 74.....	237
170. Da presunção de validade dos atos praticados durante o processo de recuperação	237
Capítulo V – Da Falência.....	239
Seção I – Disposições gerais.....	239
Art. 75.....	239
171. Da falência no Brasil.....	239

171.1. Breve retrospectiva histórica	239
171.2. Da falência em face da nova lei	240
171.3. O processo de falência deve atender aos princípios da celeridade e da economia processual	242
Art. 76	243
172. O juízo da falência é indivisível	244
172.1. Da indivisibilidade desde o Direito anterior	244
172.2. No Direito atual	244
172.3. Das exclusões do juízo falencial	245
172.4. Todas as ações prosseguem com o administrador judicial	246
Art. 77	246
173. Dos efeitos da sentença que decreta a falência em relação aos credores	246
174. Do crédito em moeda estrangeira e de sua conversão pela taxa de câmbio do dia da sentença	247
Art. 78	248
175. Da distribuição obrigatória dos pedidos de falência	248
176. Da distribuição por dependência das ações que devam ser propostas no juízo da falência	249
Art. 79	249
177. A falência e seus incidentes preferem todos os feitos em qualquer instância ..	249
Art. 80	250
178. Da posição dos créditos já habilitados no processo de recuperação judicial, ao ser esta convolada em falência	250
Art. 81	250
179. A falência de sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis acarreta a falência destes	251
180. Sujeita-se à falência o sócio solidário que se retirou da sociedade, mas não pagou dívida existente na data do arquivamento da sua retirada	252
181. Os administradores ou liquidantes da sociedade falida, ao representá-la, exercem os direitos e sujeitam-se às obrigações previstas ao falido	252
Art. 82	253
182. Da apuração da responsabilidade pessoal dos sócios, dos controladores e administradores da sociedade falida	253
183. Do sócio da sociedade limitada	254
184. Da responsabilidade pessoal dos administradores da sociedade falida	254
185. Da responsabilidade do acionista controlador da sociedade falida	256
186. Da indisponibilidade de bens particulares dos réus	257
Seção II – Da classificação dos créditos	257
Art. 83	257
187. Do crédito trabalhista e do crédito decorrente de acidente de trabalho	259
188. Dos créditos com garantia real	260
189. Dos créditos tributários independentemente de sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas fiscais	261
190. Dos créditos com privilégio especial	263
191. Créditos com privilégio geral	263
192. Créditos quirografários	264
193. Das multas contratuais, penas pecuniárias, penas administrativas e multas tributárias	264

194. Créditos subordinados.....	265
195. Dos juros	265
196. Da ordem geral dos pagamentos que devem ser feitos pelo administrador judicial.....	265
Art. 84	265
197. Dos créditos extraconcursais.....	266
Seção III – Do pedido de restituição.....	267
Art. 85	267
198. Do pedido de restituição.....	267
199. Da evolução do instituto da restituição até o disposto no art. 86 e parágrafo único, da Lei nº 11.101, de 2005	268
Art. 86	270
200. Das diversas espécies de restituição falencial.....	271
201. Das restituições em dinheiro	271
Art. 87	272
202. Do procedimento do pedido de restituição, previsto nos arts. 85 a 93 da Lei nº 11.101, de 2005	272
203. De quem faz o pedido de restituição	273
204. Do instituto da restituição na falência	274
205. Do pedido de restituição.....	274
206. Da autuação em separado e da intimação ao falido, ao Comitê, aos credores e ao administrador judicial	275
207. A manifestação contrária ao pedido de restituição vale como contestação.....	276
Art. 88	276
208. Da sentença que reconhecer o direito do requerente.....	276
Art. 89	277
209. Da inclusão do requerente como credor, quando cabível, na denegação da restituição	277
Art. 90	277
210. Da apelação sem efeito suspensivo e da prestação de caução para receber a coisa antes do trânsito em julgado da sentença	278
Art. 91	278
211. Da indisponibilidade de bens como efeito do pedido de restituição e do rateio entre os reclamantes que possam receber em dinheiro	278
Art. 92	279
Art. 93	280
212. Dos embargos de terceiro na falência em nosso país	280
213. Dos embargos de terceiro, em face da nova Lei de Falência	281
Seção IV – Do procedimento para a decretação da falência.....	282
Art. 94	282
214. Da matéria tratada nesta seção (arts. 94 a 101).....	283
215. Dos fatos que podem causar a falência do empresário ou sociedade empresária ...	283
215.1. Da impontualidade.....	283
215.2. Do fato de ser o empresário executado e não pagar nem depositar bens....	286
215.3. Da liquidação precipitada	287

215.4. Da realização de negócios simulados ou fraudulentos	288
215.5. Transferência de estabelecimento a terceiro	288
215.6. Da transferência simulada do principal estabelecimento.....	289
215.7. Da garantia real a credor.....	289
215.8. Da ausência do empresário ou do abandono do estabelecimento	290
215.9. Descumprimento de obrigação do devedor no plano de recuperação judicial	291
215.10. Da instrução da petição inicial nas diversas hipóteses previstas no art. 94	291
Art. 95	292
216. Do pleito de recuperação judicial no prazo de contestação do pedido de falência....	292
Art. 96	293
217. Das relevantes razões para não pagar.....	294
218. Da falsidade do título	295
219. Da prescrição.....	295
220. Da nulidade da obrigação ou do título	296
221. Pagamento da dívida	297
222. Qualquer outro fato que extinga ou suspenda a obrigação, ou não legitime a cobrança do título	297
223. Cessação da atividade empresária	298
224. Do � 2� do art. 96	298
Art. 97	299
225. Quem pode requerer a falência do empresário ou sociedade empresária?.....	299
226. Da autofalência ou falência requerida pelo próprio devedor, empresário individual ou sociedade empresária	300
227. Da falência <i>post mortem</i> requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiro ou inventariante.....	300
228. Do requerimento da falência pelo cotista ou acionista do devedor.....	301
229. Do requerimento de qualquer credor.....	302
Art. 98	303
230. Da contestação do devedor.....	303
230.1. Citação do devedor	303
230.2. Do prazo de dez dias	303
230.3. Da contestação e de outros atos do devedor no prazo de dez dias.....	304
230.4. Do d�p�sito elisivo da falência	305
Art. 99	305
231. Da sentença que decretar a falência do devedor	306
231.1. Dos requisitos essenciais da sentença que decretar a falência.....	307
231.2. Do termo legal da falência.....	308
231.3. A sentença ordenará que o falido apresente relação nominal dos credores...	308
231.4. Da fixação do prazo para a habilitação de créditos.....	309
231.5. Da suspensão de todas as ações contra o falido.....	309
231.6. Proibição de ato de disposição ou oneração de bens do falido.....	309
231.7. Da inscrição da falência no Registro Público de Empresa	310
231.8. Da nomeação do administrador judicial	310
231.9. Da prisão preventiva	310
231.10. Da intimação do Ministério Público	311
231.11. Da continuação provisória das atividades do falido.....	312
231.12. Da publicidade da sentença.....	313
231.13. Da convocação da assembleia-geral, ou manutenção do Comitê	313

Art. 100	314
232. Do recurso de agravo da sentença que decretar a falência	314
232.1. Do recurso das sentenças proferidas na vigência da lei nova	314
232.2. Do agravo de instrumento contra a sentença que decretar a falência	314
233. Do recurso contra a sentença que denegar a falência.....	315
Art. 101	315
234. Da condenação em perdas e danos de quem, por dolo, requerer a falência de outrem	316
Seção V – Da inabilitação empresarial, direitos e deveres do falido	317
Art. 102	317
235. Da inabilitação do falido	318
235.1. Findo o período de inabilitação, o falido deve ficar liberado no Registro Público da Empresa	318
Art. 103	319
236. O falido perde o direito de administrar seus bens ou deles dispor. Efeitos da sentença falencial em relação aos bens do devedor	319
Art. 104	320
237. A decretação da falência impõe ao falido diversas obrigações e deveres	321
237.1. Do dever de assinar o termo de comparecimento	321
237.2. Das declarações do falido que devem constar do termo	322
237.2.1. Das causas da falência.....	322
237.2.2. Dos elementos de identificação do empresário falido ou da sociedade falida	322
237.2.3. Da indicação do contador	323
237.2.4. Dos mandatos outorgados pelo devedor antes da falência.....	323
237.2.5. Da indicação dos bens que não se encontram no estabelecimento	324
237.2.6. Da participação em outras sociedades.....	324
237.2.7. Das informações sobre as contas bancárias e processos em andamento	324
237.3. Dos outros deveres do falido	325
237.3.1. Da entrega dos livros.....	325
237.3.2. Do dever de não se ausentar e de comparecer a todos os atos da falência	325
237.3.3. Dever de apresentar relação de credores	326
Seção VI – Da falência requerida pelo próprio devedor	326
Art. 105	326
238. Da falência requerida pelo próprio devedor	327
238.1. Dos documentos que devem acompanhar o pedido do devedor de sua própria falência	329
Art. 106	330
239. Da regularização do pedido irregularmente feito	330
Art. 107	330
240. Da sentença que decreta a falência do devedor em razão do seu próprio pedido ...	331
Seção VII – Da arrecadação e da custódia dos bens	331
Art. 108	331
241. Da arrecadação e da guarda dos bens.....	332

Art. 109	333
242. Do fechamento do estabelecimento do devedor.....	333
Art. 110	334
243. Do auto de arrecadação	334
244. Do inventário dos bens.....	336
245. Da avaliação dos bens arrecadados	336
Art. 111.....	337
246. Das alternativas especiais para a realização do ativo.....	337
Art. 112	338
247. Da remoção e depósito dos bens arrecadados	338
Art. 113	339
248. Da venda imediata dos bens perecíveis ou deterioráveis	339
Art. 114	340
249. Da locação de bens para produzir renda em benefício da massa falida	340
Seção VIII – Dos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor....	341
Art. 115	341
250. Do efeito da decretação da falência em relação aos credores do falido	341
Art. 116	342
251. Do direito de retenção	342
252. Da suspensão do direito de retirada ou recebimento do quotista ou acionista..	344
Art. 117	344
253. Da noção de contrato.....	344
254. Da classificação do contrato em bilateral e unilateral.....	345
255. Da cláusula rescisória expressa e da exceção de contrato não cumprido.....	346
256. Do contrato bilateral de compra e venda, perante o novo Código Civil	347
257. Do contrato bilateral em face da nova lei de falência	347
258. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência.....	347
258.1. Quando se considera resolvido o contrato bilateral	349
259. De alguns casos especiais.....	349
Art. 118	351
260. Do contrato unilateral.....	351
261. Do contrato unilateral em face da falência de acordo com a Lei nº 11.101, de 2005	353
Art. 119	356
262. Das regras especiais às relações mencionadas	357
262.1. O vendedor não pode impedir a entrega da mercadoria expedida e ainda em trânsito	357
262.2. Da venda de coisas compostas.....	358
262.3. Da venda de coisa móvel ou do contrato de prestação de serviços com pagamento parcelado.....	359
262.4. Da coisa móvel comprada pelo devedor com reserva de domínio	359
262.5. Da venda a termo	360
262.6. Da promessa de compra e venda de imóveis	361
262.7. Da falência do locador ou do locatário	361
262.8. Da compensação e liquidação no âmbito do Sistema Financeiro Nacional...	362
262.9. Dos patrimônios de afetação.....	363

Art. 120	364
263. Do mandato e da comissão em face da falência	364
263.1. Do mandato	364
263.2. Da comissão	365
Art. 121	366
264. Das contas-correntes	366
264.1. Do contrato de conta-corrente em geral	366
264.2. Da conta-corrente bancária	367
264.3. Do encerramento da conta-corrente pela decretação da falência	368
Art. 122	368
265. Da noção de compensação	368
265.1. Da evolução histórica da compensação	369
265.1.1. No Direito Romano	369
265.1.2. Da compensação na época moderna	369
265.1.3. Da compensação em nosso Código Civil de 2002	370
265.1.3.1. Da compensação de crédito na falência, de acordo com a Lei nº 11.101, de 2005	371
265.1.4. Das inovações da Lei nº 11.101, de 2005, em relação à compensação	372
265.1.5. Dos créditos que não se compensam	373
Art. 123	374
266. Da falência do sócio comanditário	374
266.1. Da falência do sócio cotista da sociedade limitada	375
266.2. Da participação do falido de condomínio indivisível	376
Art. 124	376
267. Dos juros vencidos após a decretação da falência	377
267.1. Das exceções quanto aos juros	377
Art. 125	379
268. Da falência do espólio	379
Art. 126	380
269. Cabe ao juiz decidir sobre questões atinentes às relações patrimoniais não reguladas	380
Art. 127	381
270. Do credor de coobrigados solidários	381
Art. 128	382
271. Do coobrigado solvente e dos garantes do devedor	382
Seção IX – Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência	383
Art. 129	383
272. Da existência e inexistência, validade e invalidade, nulidade e anulabilidade, eficácia e ineficácia dos atos	384
272.1. Pagamento de dívidas não vencidas dentro do termo legal da quebra	387
272.2. O pagamento de dívidas vencidas dentro do termo legal, por outra forma que a prevista pelo contrato	387
272.3. É ineficaz a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção dentro do termo legal, se a dívida é anterior a ele	388
272.4. A renúncia à herança ou ao legado até dois anos antes da quebra	388
272.5. Da venda de estabelecimento sem o consentimento expreso dos credores	388

272.6. Da ineficácia da inscrição no Registro de Imóveis	389
272.7. A ineficácia poderá ser declarada <i>ex officio</i> pelo juiz	389
Art. 130	389
273. Ação revocatória dos atos praticados pelo falido antes da falência	390
273.1. O ato simulado pode ser objeto de ação revocatória	390
273.2. Ação revocatória de direito civil e de direito falencial	391
273.3. Ineficácia, revogação, anulação e nulidade na legislação brasileira	391
273.4. Ação pauliana, ação de ineficácia e ação revocatória	391
273.5. Nulidade, anulação, ação pauliana no Direito Civil e revocatória falencial	392
273.6. A fraude necessária para a revogação	392
273.7. Contra quem se dirige a ação	393
Art. 131	393
274. Das exceções à aplicação do art. 129	393
Art. 132	393
275. Quem pode propor a ação revocatória falencial	393
275.1. Do prazo em que pode ser pleiteada a revogação	394
Art. 133	394
276. Em relação a quem pode ser a ação revocatória proposta	394
Art. 134	395
277. Da competência para a ação revocatória falencial	395
Art. 135	395
278. Da sentença e do recurso de apelação	395
278.1. Da sentença que julgar procedente a ação revocatória	396
Art. 136	396
279. Dos direitos do terceiro de boa-fé	397
Art. 137	397
280. Do sequestro de bens retirados do patrimônio do falido	397
Art. 138	398
281. Da revogação de atos precedidos de sentença, ou que sejam consequência dela ..	398
Seção X – Da realização do ativo	398
Art. 139	398
282. Da realização do ativo	398
Art. 140	400
283. Da ordem preferencial de formas de alienação	401
283.1. Da primeira forma legal de alienação	402
Art. 141	403
284. Da sub-rogação dos credores no produto da alienação	403
284.1. Da inexistência da sub-rogação do arrematante na falência	404
Art. 142	405
285. Das modalidades de alienação	406
285.1. Da alienação por lances em leilão	407
285.2. Da alienação por propostas fechadas	408
285.3. Da venda por pregão	409
Art. 143	409
286. Das impugnações referentes às modalidades de alienação	409

Art. 144	410
287. Modalidade extraordinária de alienação aprovada pelo juiz.....	410
Art. 145	411
288. Da modalidade alternativa de realização do ativo aprovada pela assembleia- -geral de credores	411
288.1. Da constituição de sociedade de credores ou dos empregados do próprio devedor.....	412
288.2. Das modalidades ordinárias, extraordinárias e alternativas e a função do juiz	413
Art. 146	413
289. Dispensa de certidão negativa	413
Art. 147	414
290. As quantias recebidas devem ser depositadas em conta remunerada.....	414
Art. 148	415
291. Das contas mensais do administrador judicial	415
Seção XI – Do pagamento aos credores	415
Art. 149	415
292. Do pagamento aos credores.....	416
292.1. Do prazo para o recebimento pelos credores	417
Art. 150	417
293. Da antecipação do pagamento das despesas	417
Art. 151	418
294. Da antecipação do pagamento de salários vencidos.....	418
Art. 152	419
295. Restituição em dobro devida pelo credor que agir de má-fé.....	419
Art. 153	419
296. Após o pagamento de todos os credores, se houver saldo, será entregue ao falido	419
Seção XII – Do encerramento da falência e da extinção das obrigações do falido	420
Art. 154	420
297. Do encerramento da falência e da extinção das obrigações	421
297.1. Da apresentação das contas do administrador judicial	421
Art. 155	422
298. Do relatório final do administrador judicial.....	422
Art. 156	422
299. Do relatório final do administrador judicial e da sentença de encerramento da falência	422
Art. 157	423
300. O prazo prescricional recomeça a correr a partir do trânsito em julgado da sentença de encerramento.....	423
Art. 158	423
301. Da extinção das obrigações.....	423
301.1. Da extinção das obrigações na falência	424
Art. 159	425
302. Do procedimento do pedido de extinção das obrigações	426

Art. 160	427
303. Da extinção das obrigações do sócio ilimitadamente responsável.....	427
Capítulo VI – Da Recuperação Extrajudicial.....	429
Art. 161	429
304. Dos requisitos subjetivos para a recuperação extrajudicial.....	429
304.1. Dos credores que estão fora da recuperação extrajudicial	431
304.2. Do plano de recuperação extrajudicial.....	432
Art. 162	432
Art. 163	432
305. Da recuperação extrajudicial	433
305.1. Introdução	433
305.2. Das duas espécies de recuperação extrajudicial	434
Art. 164	436
306. Do procedimento dos pedidos de homologação de planos de recuperação extrajudicial.....	437
306.1. Introdução	437
306.2. Do despacho do juiz e do aviso aos credores.....	437
306.3. Da impugnação	437
306.4. Do indeferimento do pedido e da sentença de homologação.....	438
Art. 165	438
307. Dos efeitos do plano de recuperação extrajudicial.....	439
Art. 166	439
308. Da alienação judicial de filiais ou unidades produtivas	439
Art. 167	439
309. Dos acordos privados entre o devedor e seus credores	439
Capítulo VII – Disposições Penais.....	441
Seção I – Dos crimes em espécie.....	441
Art. 168	441
Art. 169	442
Art. 170	442
Art. 171	442
Art. 172	442
Art. 173	443
Art. 174	443
Art. 175	443
Art. 176	443
Art. 177	443
Art. 178	443
310. Dos crimes e das penas	443
Seção II – Disposições comuns.....	445
Art. 179	445
311. Das pessoas que se equiparam ao devedor.....	445
Art. 180	446
312. Da sentença como condição de punibilidade	446

Art. 181	447
313. Dos efeitos da sentença penal condenatória	447
Art. 182	449
314. Da prescrição dos crimes previstos nesta lei	449
Seção III – Do procedimento penal	449
Art. 183	449
315. Da competência para a ação penal pelos crimes falenciais	450
Art. 184	451
316. Os crimes falimentares são de ação penal pública incondicionada	451
316.1. Da ação privada subsidiária	452
Art. 185	453
317. Observa-se o rito sumário do CPP	453
Art. 186	453
318. Do relatório do administrador judicial	454
Art. 187	454
319. Do prazo para a denúncia pelo Ministério Público	454
Art. 188	455
320. Da aplicação subsidiária do Código de Processo Penal	455
Capítulo VIII – Disposições Finais e Transitórias	457
Art. 189	457
321. Da aplicação supletiva do Código de Processo Civil	457
Art. 190	458
322. A referência da lei a devedor ou falido abrange os sócios ilimitadamente responsáveis	458
Art. 191	459
323. Das publicações dos atos referentes aos processos de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial	459
Art. 192	460
323.1. Do período de transição entre a lei revogada e a nova lei incidente e aplicável	460
323.2. Das normas para a solução dos problemas resultantes da incidência e aplicação de uma lei nova ao processo pendente	461
323.3. Das disposições transitórias do art. 192 e §§, da Lei nº 11.101, de 2005, acrescidos do § 5º, introduzido pelo art. 3º da Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005	462
324. Dos processos de falência e concordata em curso, antes da vigência da nova lei	464
Art. 193	465
Art. 194	465
325. Das câmaras de compensação e liquidação financeira	466
Art. 195	466
326. Introdução	467
326.1. Da concessão de serviço público	467
326.2. De quem pode ser concessionário	468

326.3. Da extinção da concessão	469
326.4. Da extinção da concessão pela falência	470
326.5. Considerações finais	471
Art. 196	472
327. Do banco de dados dos empresários ou sociedades empresárias falidas ou em recuperação.....	472
Art. 197	472
328. Das leis sobre liquidações extrajudiciais.....	472
Art. 198	473
329. Quem não podia impetrar concordata não pode pleitear recuperação judicial ou extrajudicial	473
Art. 199	474
330. Introdução	474
330.1. Da concessão para os serviços aéreos públicos de transporte regular ...	476
330.2. Dos contratos de <i>leasing</i> ou arrendamento mercantil de aeronaves	478
330.3. Considerações finais	480
Art. 200	481
Art. 201	481
331. Das ressalvas de direito intertemporal	481
331.1. Das revogações expressas e tácitas	482
332. Da vigência da nova lei	482
332.1. Da <i>vacatio legis</i> e da entrada em vigor da nova lei	482
332.2. Da revogação do Decreto-Lei nº 7.661/45 e dos arts. 503 a 512 do Código de Processo Penal	483
332.3. Ressalvas do art. 192 da nova lei	484
332.4. Da revogação dos arts. 503 a 512, 539 e 540 do Código de Processo Penal.....	486
Bibliografia	489
Índice Alfabético-Remissivo.....	495